

DANIEL LAVAREDA

# O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE CONTAS E A EFETIVIDADE JURISDICIONAL

A experiência do Tribunal de Contas  
dos Municípios do Estado do Pará

Prefácio  
Milton Nobre

 FÓRUM

Autor  
Daniel Lavareda

# O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE CONTAS E A EFETIVIDADE JURISDICIONAL

## A experiência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

Prefácio  
Milton Nobre

**Área específica**  
DIREITO MUNICIPAL.

**Áreas afins**  
DIREITO ADMINISTRATIVO;  
DIREITO CONSTITUCIONAL;  
DIREITO PÚBLICO.

**Público-alvo/consumidores**  
ESTUDANTES DE DIREITO E CONTABILIDADE.  
PROFISSIONAIS DO DIREITO E CONTABILIDADE  
COM ATUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO  
MUNICIPAL. SERVIDORES E AGENTES  
POLÍTICOS MUNICIPAIS, DENTRE ADVOGADOS,  
PROCURADORES, CONTADORES E ORDENADORES  
DE DESPESAS. MEMBROS DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL, MINISTÉRIO  
PÚBLICO DE CONTAS E MAGISTRADOS.

O controle externo da Administração Pública, exercido pelos Tribunais de Contas, é temática atual, dada a relevância das atividades desempenhadas na proteção ao erário, em observância aos ditames constitucionais e demais normas infraconstitucionais, notadamente da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Licitações e Lei de Acesso à Informação.

Sob tal cenário, as competências e prerrogativas dos Tribunais de Contas vêm sendo amplificadas e fortalecidas, com o reconhecimento desta jurisdição especial e própria, a partir da reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A partir do cenário atual, a presente obra vem apresentar um detido estudo, ante o histórico da instituição dos Tribunais de Contas, no sistema jurídico-constitucional brasileiro, ao que pavimenta, a partir das décadas de estudos de seu autor, como servidor e atual Conselheiro-Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reflexões sobre as competências da Corte de Contas Municipal do Estado do Pará e de suas funções precípuas, sedimentando princípios básicos para a construção do nomeado “processo de contas”, como ramo autônomo e do direito brasileiro.

Atualíssima, a obra incorpora e consolida conhecimentos aprofundados do funcionamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com enfoque em sua lei orgânica e regimento interno, além de sinalizar as transformações em andamento, junto às normas que disciplinam o exercício de suas competências, sendo obrigatória e inédita para todos os profissionais que atuam junto aos Poderes Públicos Municipais do Estado Pará e demais agentes envolvidos no controle externo.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm  
CÓDIGO: 10001538

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

L396d Lavareda, Daniel

O desenvolvimento do processo de contas e a efetividade jurisdicional: a experiência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará / Daniel Lavareda. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

320p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0609-1

1. Direito Municipal. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional.  
4. Direito Público. I. Título.

CDD: 341

CDU: 342

**Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500**

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LAVAREDA, Daniel. *Processo de contas e a efetividade jurisdicional: a experiência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 320p. ISBN 978-85-450-0609-1.

**Daniel Lavareda** é Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM-PA (2007). Conselheiro-Presidente (2017-2018) e Conselheiro-Corregedor (2015-2016). Advogado, Diretor Jurídico e Auditor do TCM-PA (1993-2007). Diretor, Secretário-Adjunto e Conselheiro da OAB – Seção do Pará (1995-2000). Professor de Direito Administrativo na Universidade da Amazônia (1990-1994). Pós-Graduado em Direito Público Municipal pela Universidade Federal do Pará (1999). Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia (1984).

PREFÁCIO	
<b>Milton Nobre</b> .....	15

TÍTULO I  
ASPECTOS GERAIS

CAPÍTULO I	
BREVE PANORAMA HISTÓRICO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO E SUA NATUREZA JURÍDICA AUTÔNOMA.....	21

CAPÍTULO II	
A IMPORTÂNCIA DA UNICIDADE DE PROCEDIMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DO PROCESSO DE CONTAS....	31

TÍTULO II  
DA JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIAS E ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I	
DA JURISDIÇÃO .....	39
SEÇÃO I – Da delimitação conceitual de jurisdição .....	40
SEÇÃO II – Da fixação de competência para exercício do poder jurisdicional .....	43
SEÇÃO III – Da definitividade do provimento jurisdicional dos Tribunais de Contas .....	59
SEÇÃO IV – Da jurisdição do TCM-PA .....	65

CAPÍTULO II	
DAS COMPETÊNCIAS .....	67
SEÇÃO I – Das competências informativa, normativa e pedagógica..	73
SEÇÃO II – Da competência consultiva.....	75
SEÇÃO III – Da competência corretiva .....	77
SEÇÃO IV – Da competência fiscalizadora e cautelar .....	79
SEÇÃO V – Da competência judicante .....	82
SEÇÃO VI – Da competência sancionatória.....	89

CAPÍTULO III	
DA ORGANIZAÇÃO .....	95
SEÇÃO I – Do Tribunal Pleno .....	97
SEÇÃO II – Da Câmara Especial de Julgamento.....	102
SEÇÃO III – Da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria .....	105
SUBSEÇÃO I – Do presidente .....	105
SUBSEÇÃO II – Do vice-presidente .....	106
SUBSEÇÃO III – Do corregedor.....	106
SEÇÃO IV – Dos conselheiros.....	107
SEÇÃO V – Dos conselheiros substitutos.....	120

TÍTULO III  
DO PROCESSO DE CONTAS

CAPÍTULO I	
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	127
SEÇÃO I – Princípio da oficialidade .....	129

SEÇÃO II – Princípio da verdade material .....	133
SEÇÃO III – Princípio do formalismo moderado .....	136
SEÇÃO IV – Princípio da participação popular ou do controle social	138
 CAPÍTULO II DAS PARTES .....	 145
 CAPÍTULO III DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	 155
 CAPÍTULO IV DOS PRAZOS .....	 163
SEÇÃO I – Dos prazos das partes.....	164
SEÇÃO II – Dos prazos internos.....	165
SUBSEÇÃO I – Dos prazos do relator e Ministério Público .....	166
SUBSEÇÃO II – Dos prazos das unidades administrativas.....	167
 CAPÍTULO V DAS NULIDADES PROCESSUAIS.....	 169
 CAPÍTULO VI DA PRESCRIÇÃO.....	 175
 CAPÍTULO VII DAS PROVAS .....	 183
 CAPÍTULO VIII DA CLASSIFICAÇÃO E DOS RITOS DOS PROCESSOS DE CONTAS.....	 191
SEÇÃO I – Aspectos gerais .....	191
SEÇÃO II – Dos processos em espécie.....	192
SUBSEÇÃO I – Do processo de prestação de contas de governo .....	192
SUBSEÇÃO II – Do processo de prestação de contas de gestão .....	197
SUBSEÇÃO III – Considerações acerca da competência de julgamento das contas do chefe do Executivo municipal.....	200
SUBSEÇÃO IV – Dos processos de consultas .....	216
SUBSEÇÃO V – Dos processos de registro de atos de pessoal .....	219
SUBSEÇÃO VI – Dos processos de tomada de contas e tomada de contas especial.....	223
SUBSEÇÃO VII – Dos processos de denúncias e representações .....	225
SUBSEÇÃO VIII – Dos processos de verificação de legalidade de ato	229
SUBSEÇÃO IX – Do processo de pedido de revisão .....	231
 CAPÍTULO IX DOS RECURSOS .....	 253
SEÇÃO I – Aspectos gerais .....	253
SEÇÃO II – Do recurso ordinário .....	255
SEÇÃO III – Dos embargos de declaração .....	257
SEÇÃO IV – Do agravo .....	260
 CAPÍTULO X DOS INCIDENTES PROCESSUAIS E DOS PROCESSOS INCIDENTAIS .....	 263
SEÇÃO I – Dos incidentes processuais .....	263
SEÇÃO II – Dos processos incidentais.....	264
SUBSEÇÃO I – Do incidente de uniformização de jurisprudência .....	265
SUBSEÇÃO II – Da exceção de suspeição ou impedimento.....	266
SUBSEÇÃO III – Do incidente de resolução de demandas repetitivas .....	266

CAPÍTULO XI	
DAS DECISÕES.....	269
SEÇÃO I – Das decisões e/ou deliberações monocráticas.....	269
SEÇÃO II – Das decisões e/ou deliberações colegiadas .....	270
SEÇÃO III – Das formas de decisão de mérito .....	273
SUBSEÇÃO I – Das contas regulares .....	273
SUBSEÇÃO II – Das contas regulares com ressalvas.....	273
SUBSEÇÃO III – Das contas irregulares.....	274
SUBSEÇÃO IV – Das contas ilíquidáveis .....	276
SEÇÃO IV – Das decisões em processos de prestação ou tomada de contas.....	277
SEÇÃO V – Das decisões nos processos de denúncia ou representação .....	279
SEÇÃO VI – Das decisões nos processos de recursos ou pedido de revisão .....	279
SEÇÃO VII – Das decisões nos processos de consulta .....	280

#### TÍTULO IV

##### DA EFETIVIDADE JURISDICIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

CAPÍTULO I	
TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO (TAG).....	285
SEÇÃO I – Disposições gerais.....	285
SEÇÃO II – <i>Leading case</i> : o TAG da transparência pública.....	289
CAPÍTULO II	
MEDIDAS CAUTELARES E ACAUTELATÓRIAS .....	297
CAPÍTULO III	
DA EFETIVIDADE DAS COMPETÊNCIAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	309
REFERÊNCIAS.....	315